

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Somos um grupo de alunos do oitavo ano de escolaridade da escola básica de Lamações, Braga. Sendo ainda muito jovens, suportamo-nos nos nossos professores para, em nosso nome, façam chegar a nossa mensagem de preocupação e inquietude relativamente a problemas ambientais que o nosso planeta vem evidenciando, de múltiplas formas, com consequências graves ao nível dos ecossistemas nos quais nos integramos. Perante tais evidências, das quais nos temos consciencializado ao longo do nosso ainda curto percurso escolar, com um foco mais específico nas disciplinas de Ciências Naturais e Cidadania e Desenvolvimento, entendemos que é também nosso dever sugerir e alertar para que, em conjunto, tentemos minimizar e atenuar as consequências e efeitos com que o nosso mundo se vai deparando.

Da nossa discussão e das várias ideias possíveis, e que consideramos exequíveis, que dela resultaram, deixamos aqui apenas uma que nos parece de fácil execução e muito promissora.

Esperamos dos decisores, de Vossas Excelências, a melhor atenção e consequência para a sugestão que agora apresentamos.

Promover o fotovoltaico Residencial

Hoje é possível ao consumidor individual ou colectivo fazer o aproveitamento do sol através da instalação de painéis fotovoltaicos. O grande problema é que esta medida, aparentemente boa, está em si inquinada, não tornando vantajosa a colocação de painéis pelo consumidor comum, nas suas residências. Isto porque a energia produzida nos telhados das nossas casas ou é consumida no momento em que é produzida ou vai direitinha para a rede energética sem qualquer benefício para o consumidor que instalou, a expensas próprias, os painéis solares. Uma terceira opção implicaria a compra de baterias para “guardar” essa energia para um momento de maior consumo ou em que os painéis não produzam. Ora, esta é de longe a pior opção; quer em termos económicos, quer em termos de sustentabilidade ambiental. Atualmente, as baterias têm custos ambientais muito elevados e não têm sustentabilidade em termos de recursos minerais.

Então, como dar vida a esta medida e implementar a produção energética fotovoltaica ao nível de cada consumidor?

Não parece difícil! E todos temos a ganhar, incluindo o ambiente e a saúde pública.

Basta que seja permitido a cada consumidor instalar os painéis fotovoltaicos compatíveis com os seus consumos e que lhe seja dada a possibilidade de pagar apenas a diferença entre o consumo e a produção:

- se o consumidor produzir mais que o que gastou no mês, não teria que pagar energia e a empresa distribuidora ainda ganharia com isso;
- se o consumidor produzisse menos do que gastou, pagaria a diferença (consumo – produção).

Para que isto seja justo deveria haver um acerto anual, já que a produção fotovoltaica é muito variável nos doze meses do ano. Significa isto que, a cada mês, o consumidor poderia ter um saldo positivo para o mês seguinte. Havendo saldo negativo, haveria lugar ao pagamento do respectivo consumo.

Decorrente disto, cada consumidor pagaria à empresa fornecedora de energia um termo fixo, correspondente à disponibilidade do serviço. A energia corresponderia ao termo variável.

Todos têm a ganhar com esta medida:

- desde logo o país e o ambiente, pois constitui um meio poderoso a contribuir para as metas da descarbonização a que estamos obrigados, em termos de compromissos internacionais e em termos de responsabilidade geracional;
- o país porque somos altamente deficitários em termos energéticos;
- a/s empresa/s distribuidora/s, pois reduzir-se-iam as perdas energéticas do transporte da energia. Deste modo, durante as horas de maior consumo existiriam inúmeras injeções na rede;
- a/s empresa/s distribuidora/s, pois ficam com mais energia na rede durante o dia, horas de maior consumo, e fornece/m aos consumidores a energia durante a noite, altura em que a energia disponível é, frequentemente, superior ao consumo;
- o consumidor, que somos todos nós, pois consegue obter algum proveito do investimento que fez, reduzindo assim a sua fatura energética.
- o consumidor, a sustentabilidade ambiental e gerações futuras, pois evita-se o consumo de combustíveis fósseis, promove-se a melhoria da qualidade do ar, com efeitos na saúde pública, tendo ainda efeitos positivos no aquecimento global.

Não é razoável pedir ao consumidor que instale painéis fotovoltaicos para injectar energia na rede! Sabemos que o consumidor / trabalhador tem menores consumos durante o dia, altura em que os painéis fotovoltaicos produzem energia. Nestas circunstâncias, não tem qualquer vantagem em instalar mais do que 1 ou 2 painéis solares. Já se a medida permitisse fazer o balanço entre a energia produzida e a energia consumida, pagando apenas a diferença, o consumidor seria levado a instalar vários painéis solares para equilibrar os seus consumos.

A entidade distribuidora da energia funcionaria como reservatório (bateria) para o consumidor e com benefícios evidentes e já mencionados. Parece-nos justo e viável. Como está atualmente, uma medida que poderia ser boa, acaba por não ter efeitos práticos, com pouco reflexo em termos ambientais e económicos para o país.

Naturalmente, e é exatamente isto que pretendemos, esta medida, só terá um grande impacto se a legislação tornar estes procedimentos automáticos. Ou seja, isto aplicar-se-ia às habitações com ligação à rede elétrica de serviço público. Qualquer consumidor que comunique ou requeira à entidade fornecedora do serviço a instalação de painéis fotovoltaicos passaria a beneficiar da produção elétrica que produz na sua residência.

O Grupo de alunos do 8º2, da Escola Básica de Lamações, Braga